

Pacote lesa trabalhador, afirma Covas

O senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, condenou ontem o "Plano Bresser" anunciado pelo presidente Sarney na última sexta-feira, classificando-o de lesivo aos interesses dos trabalhadores e contrário ao programa do partido.

Na mais forte crítica ao novo pacote econômico já feita por um líder de expressão do PMDB, Covas disse que as medidas adotadas dão início ao processo de recuo na moratória e ao arrocho salarial, o que, no seu entender, "poderá levar o país à recessão econômica". O líder peemedebista afirmou ainda que o pacote contraria o programa e as propostas históricas do partido, impondo "sacrifícios demais aos trabalhadores".

A manifestação foi feita durante reunião da Executiva Nacional do PMDB, ontem cedo. Os demais dirigentes do partido, entre eles o seu presidente, deputado Ulysses Guimarães, ouviram as críticas em silêncio, sem esboçar qualquer defesa ao "Plano Bresser".

Convocação

Como estava previsto, a Executiva peemedebista formalizou contra o único voto — do deputado Roberto Cardoso Alves — a convocação da Convenção Nacional do partido para os dias 18 e 19 de julho. O deputado Ulysses Guimarães abriu a reunião, informou ter recebido o requerimento do deputado Maurício Fruet com as assinaturas necessárias à convocação da Convenção e propôs as datas para sua realização. Logo a seguir, Roberto Cardoso Alves pediu a palavra e disse que "a Convenção está desatualizada em relação às últimas eleições, com mais de 100 delegados a menos do que deveria ter, carecendo, portanto, de legitimidade". Diversos dirigentes do partido — os deputados Euclides Scalco e Milton Reis e os senadores Mário Covas e Affonso Camargo — rebateram as críticas de Cardoso Alves. Scalco passou à ofensiva, lendo um manifesto lançado em 1983 pela Frente Parlamentar Nacionalista, com a defesa expressa, entre outras coisas, da realização da reforma agrária e da reserva de mercado para a informática. E questionou a coerência de Cardoso Alves, que assinou o manifesto e, na Constituinte, votou contra essas propostas.

Veemente, Scalco afirmou que a direção nacional — a começar por Ulysses Guimarães — deve adotar providências concretas para que os princípios programáticos do partido sejam cumpridos, caso contrário "a fratura exposta do PMDB se transformará em gangrena e a única solução será a amputação".

Roberto Cardoso Alves tentou

Cardoso Alves ataca reunião

"Vença quem vencer, no mandato de quatro ou de cinco anos para o presidente Sarney, sairá perdendo o PMDB" — disse ontem o deputado paulista Roberto Cardoso Alves, da direção nacional do PMDB, depois da reunião da Comissão Executiva, que, contra apenas o seu voto, confirmou a convocação para os dias 18 e 19 de julho.

O dirigente peemedebista, favorável ao mandato de cinco anos para Sarney e seus sucessores, afirmou que a convocação, por desatualizada em relação às últimas eleições, tem empobrecida a sua representatividade. "A convocação nada pode acrescentar, ideológica ou programaticamente, à posição de qualquer constituinte. Este está obrigado ao partido pelo seu programa básico e não pode um partido democrático sujeitar-lo a deliberações tomadas depois de sua eleição", disse ele.

Para Cardoso Alves, a convocação extraordinária, dividindo o PMDB, "em nada poderá

Convenção definirá regime e mandato

A Convenção Nacional do PMDB terá três temas em pauta, na reunião dos dias 18 e 19 de julho: a definição do sistema de governo e duração do mandato do presidente José Sarney e seus sucessores; o PMDB e a conjuntura econômico-social; e "O PMDB na Constituinte — problemas programáticos".

No primeiro dia da Convenção será realizado um simpósio partidário sobre problemas socioeconômicos, sob a coordenação do presidente do Instituto Pedroso Horta, senador Severo Gomes (SP).

O secretário-geral do partido, deputado Milton Reis (MG), será o coordenador da Convenção. Como coordenadores-adjuntos foram indicados os deputados Euclides Scalco (PR), Francisco Pinto (BA), Márcio Braga (RJ), Luiz Alberto Rodrigues (MG) e Ubiratan Aguiar (CE).

defender-se. Admitiu rever sua posição em alguns dos pontos aprovados pela Comissão da Ordem Econômica e justificou seu voto como uma forma de forçar a negociação. Foi o bastante para receber uma farpa de ironia de Covas, por ter votado em algo com que não concorda por inteiro.

Estratégia
Mário Covas insistiu nas críticas aos seus liderados, que preferem unir-se a grupos de outros partidos, votando contrariamente — à linha programática do PMDB.

Os constituintes do PMDB mais afinados com a liderança do senador Mário Covas têm promovido reuniões informais para traçar a estratégia de ação, nos trabalhos da Convenção Nacional Extraordinária. Muitos admitem que os Governadores do partido deverão fazer pressões pelo mandato de cinco anos. A preocupação é a de não concentrar os debates exclusivamente no problema da duração do mandato de Sarney, mas destacar, também, os problemas sociais e econômicos.

Mário Covas e quase todos os vice-líderes entendem que, se houver mais ênfase às questões do sistema de governo e duração de mandato presidencial — quatro ou cinco anos para Sarney e seus sucessores — corre-se o risco de o PMDB entrar e sair dividido da Convenção Nacional. Covas defende um movimento objetivo no partido, para debate e decisão dos convencionais, em torno de uma atuação na Constituinte "pelo menos de acordo com princípios programáticos".

fortalecer o espírito de negociação e entendimento necessário à elaboração de uma Constituição justa e duradoura, que represente a média das aspirações da nação".



Deputado é a favor dos 5 anos

fortalecer o espírito de negociação e entendimento necessário à elaboração de uma Constituição justa e duradoura, que represente a média das aspirações da nação".

Del Bosco critica o líder e renuncia

"A Constituinte não pode ser um cabide eleitoral onde o Ulysses faz sua campanha para a Presidência da República e o Covas também" — afirmou, ontem, o deputado peemedebista Del Bosco do Amaral (SP), após anunciar, da tribuna, sua renúncia à condição de vice-líder do PMDB na Assembleia Constituinte.

Informado da atitude de Del Bosco do Amaral, o líder Mário Covas mostrou-se surpreso, afirmando apenas que "ele não fez a gentileza de comunicar previamente" sua decisão. No primeiro contato com os repórteres após o discurso do ex-vice-líder, Covas não fez qualquer comentário

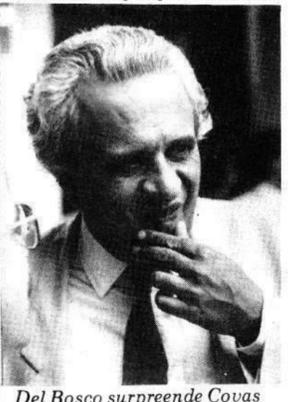
sobre a crítica de Del Bosco do Amaral ao seu comportamento como "presidenciável".

O deputado paulista também afirmou que o líder está cercado por um grupo de esquerda que monopoliza suas atenções, em prejuízo do pensamento de outras correntes do partido, inclusive da esquerda moderada.

Num texto distribuído à imprensa, diz Del Bosco do Amaral: "Sinto que a Constituinte desejada por muitos como exclusiva e soberana poderá transformar-se em mero instrumento político de pessoas e grupos, com sérios prejuízos para a qualidade do texto constitucional".

Explicou ainda o deputado que ao lutar pela eleição de Mário Covas pretendia ver à frente "dos deveres partidários na Constituinte um articulador hábil que administrasse, imparcialmente, os inevitáveis conflitos". Sabia, de antemão, que essa missão "encontraria obstáculos quase intransponíveis, em face das diferenças ideológicas que marcam a bancada do PMDB".

Após essas considerações, Del Bosco do Amaral expressou sua recusa à influência dos interesses de pessoas e de grupos, manifestando, porém, a esperança de que no plenário se chegará a uma Constituição que "atenda aos anseios maiores do povo brasileiro".



Del Bosco surpreende Covas

Josemar Gonçalves



Executiva peemedebista ouviu em silêncio as críticas feitas pelo líder do partido

Deputado vê incorreção no anteprojeto

O deputado Francisco Amaral (PMDB-SP) afirmou ontem que existem diferenças entre o anteprojeto divulgado pela Assembleia Nacional Constituinte e os textos que foram aprovados nas sessões realizadas na Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo. Diante disso, encaminhou ao presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães (PMDB-SP), expediente urgente para que determine que sejam copiados, no prazo de 24 horas, todos os debates e votações registrados nas fitas de gravação das sessões realizadas pela comissão.

O deputado informa que com relação ao tema "Tribunais e Juizes dos Estados" surgem incorreções e "um texto truncado, capenga, faltando expressões adequadas no artigo 133, parágrafo 2º, no trecho concernente à Justiça Militar. Amaral relata que se repetem textos com números diferentes (artigos 155 e 158), sem qualquer explicação.

Outro pedido feito por Francisco Amaral a Ulysses Guimarães é para que o projeto "a ser considerado pela Comissão de Sistematização seja e contenha o que foi expressamente votado com a soberania do voto do plenário da comissão temática competente". Solicita ainda que seja composta uma assessoria de "alto nível", integrada exclusivamente de técnicos da Casa, que farão a revisão do texto elaborado, em confronto com os debates e votações. Amaral pretende, com isso, garantir a elaboração do texto definitivo que será, assim considerado oficial. Pediu ainda a republicação do anteprojeto "em razão de a primeira publicação incorrer em erro e não expressar matéria efetiva e soberanamente votada", concluiu.

Para Prisco, há indefinição sobre regime

Rio — "No atual momento dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte não há uma tendência nítida dos parlamentares quanto ao sistema de governo a ser adotado na nova Carta, se parlamentarista ou presidencialista", garantiu ontem, no Rio, o deputado peemedebista, Prisco Viana (BA), ao fazer palestra durante o XII Congresso Nacional de Municípios, que está sendo realizado no Pavilhão de Convenções do Riocentro e conta com a participação de cerca de mil prefeitos de municípios brasileiros.

O deputado ressaltou, no entanto, que a posição comum manifestada pelos constituintes é a do fortalecimento do Congresso Nacional nas suas atribuições e no seu poder de influência no Executivo, inclusive na co-participação da gestão e da formação do governo. Em sua opinião, no final dos trabalhos deve prevalecer na nova Constituição o sistema presidencialista de governo, "que já é uma tradição brasileira".

Câmara aprova projeto sobre F. de Noronha

A Câmara dos Deputados aprovou ontem à noite projeto de lei do Executivo que dispõe sobre a administração do Território Federal de Fernando de Noronha. O Território ficará vinculado ao Ministério do Interior para os efeitos de supervisão ministerial. Pelo projeto aprovado, Fernando de Noronha será administração por um governador nomeado, em comissão, pelo presidente da República. O cargo deverá ser ocupado por Fernando César Mesquita. O Senado vota o projeto hoje.



Lideranças do PFL querem ampliar atuação do partido

Falta equilíbrio de poder, diz Maciel

O presidente do PFL, senador Marco Maciel, disse ontem que "no Brasil não é exato que o Executivo seja forte: pois os outros poderes são fracos". Ele manifestou receio de que a nova Constituição, não sendo presidencialista nem parlamentarista, gere uma dualidade prejudicial no país.

"No Brasil" — insistiu Marco Maciel —, confunde-se a necessidade de fortalecer o Congresso com uma outra necessidade, a de adoção do parlamentarismo. E não é exato que para fortalecer o Legislativo seja imperiosa a adoção do sistema parlamentarista".

Marco Maciel advertiu que na atual fase de transição, mais do que um pacto social — desejável, porém, complexo e de difícil implementação — é necessário um pacto político, que consolide as bases de um estado democrático, dando maior eficácia, rapidez e legitimidade ao processo de decisões nas áreas política, econômica e social.

"Na minha opinião" — sustentou o presidente do PFL —, "o pacto político deve ser negociado inicialmente pelos partidos, para que seja exequível. Uma negociação política, como se sabe" — insistiu Maciel —, "pressupõe a fixação de alguns objetivos comuns aceitáveis por todos os interessados".

Azize revela que Lyra pode deixar o PMDB

A deputada Beth Azize (PSB-AM) confirmou ontem as articulações de um grupo de pelo menos seis parlamentares do PMDB no sentido de abandonar o partido e ingressar no PSB ou no PDT, visando integrar o bloco das esquerdas no Congresso que lutam por uma Constituição progressista e encampar a bandeira das eleições diretas para presidente em 1988.

Entre os parlamentares com quem manteve contato, Beth Azize citou os deputados Ademir Andrade (PA), Raquel Capiberibe (AP), Wilson de Souza (SC), Haroldo Sabóia (MA), Fernando Lyra (PE) e Cristina Tavares (PE).

A deputada condicionou a sua permanência no PSB ao ingresso desse grupo no partido, caso contrário já está de malas prontas para filiar-se ao PDT. Ela não descartou a possibilidade desse grupo, mesmo optando pelo PSB, apoiar o nome do ex-governador Leonel Brizola para a presidência da República: "Entre candidaturas como a de Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Aureliano Chaves, Marco Maciel e Leonel Brizola, não nos resta dúvida de

Para tornar efetiva esta negociação interpartidária, consolidando o processo de transição em curso, e ampliando os entendimentos partidários a nível institucional, Marco Maciel declarou-se disposto às conversações com todos os partidos, lembrando que seu primeiro e natural interlocutor deveria ser o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães.

O PFL, no entanto, enfrenta uma crise de identidade. Ontem, deputados que compõem o chamado grupo "moderno", que defende posições menos conservadoras do partido e questiona a liderança do deputado José Lourenço na Constituinte, pediram a Marco Maciel maior participação na elaboração da nova Constituição, sobretudo no que diz respeito aos entendimentos entre as diferentes correntes políticas, na sua condição de presidente do partido.

Pela manhã, em reunião com as bancadas pefelistas na Constituinte, Marco Maciel insistiu na necessidade de o partido ampliar sua atuação junto aos sindicatos, universidades, movimentos feministas, ecológicos e pequenos e microempresários. O presidente do PFL quer que o partido seja um eficiente canal entre nação e estado, entre povo e governo.

que Brizola é o único nome confiável. Agora, se o candidato for um Mário Covas (líder do PMDB na Constituinte), poderemos sentar para conversar".

Azize não esconde a sua preferência por uma composição com o PDT, firmando o apoio à candidatura Brizola, e justifica a sua disposição de sair do PSB: "O programa do PSB para mim é e continua sendo o mais perfeito e aberto entre todos os partidos, mas o que adianta a gente ter tantas propostas boas e não ter espaço no Congresso nem para discutí-las. Além disso confesso que sou brizolista. E não sou só eu; o próprio Fernando Lyra é muito simpático ao seu nome".

Oposição Pessoal

Segundo a deputada amazonense, o grande obstáculo à concretização do apoio a Brizola, se o grupo optar pelo PSB, é o anti-brizolismo de caráter pessoal do líder do partido, senador Jamil Haddad (RJ): "De qualquer maneira, se o PSB não apresentar candidato próprio, o que é provável, estaremos livres para votar em quem quisermos".

Santana acha que Ulysses será premiê

Salvador — O presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, deverá ser o primeiro-ministro no governo do presidente Sarney, logo que entre em vigor o sistema parlamentarista no Brasil, afirmou ontem o líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Santana.

Segundo ele, o primeiro-ministro será um homem da confiança do presidente José Sarney — a quem caberá fazer a primeira escolha —, mas é condição fundamental ter uma base parlamentar durante os seis meses de mandato, já que só depois desse período, contado a partir da escolha, poderá haver "censura" ao seu nome, de acordo com as regras que estão sendo estabelecidas.

— Sem nenhuma dúvida, Ulysses Guimarães é o nome natural que despontará no momento em que seja estabelecido um sistema de equilíbrio entre os poderes Executivo Legislativo. Claro que o primeiro-ministro deverá ter condições e criar uma base para manter-se no gabinete. O nome de Ulysses é o que mais força tem no partido, é uma bandeira nacional e representa a resistência histórica do Brasil. Como a escolha é do presidente da República, não creio que haverá disputa pelo cargo — disse Carlos Santana.

O líder do governo admitiu que a Presidência da República vem trabalhando para modificar a proposta de parlamentarismo aprovada pela comissão na Constituinte. Depois de negar que teria sido encarregado de negociar a proposta de Miguel Reale Júnior, Santana disse que está "tentando equilibrar um pouco mais, conjugando um presidente forte com um parlamentar atuante". Este, na sua opinião, é o desafio colocado para a Constituinte.

Na proposta do senador José Fogaca, aprovada pela subcomissão, o equilíbrio entre o Executivo e o Legislativo era mais adequado à realidade brasileira do que na que passou na comissão, com regras parlamentares mais fortes, quase um modelo à inglesa, segundo ele. "Imagine num Brasil que terá um presidente eleito haver um parlamentarismo com a tradição que tem o inglês", comentou o líder do governo, acrescentando: "já corrigimos bastante e esperamos modificar mais na Sistematização e no plenário".

"Nem tanto pelo presidente Sarney, mas temos que fazer uma Constituição para o futuro" — disse Carlos Santana. "E preciso um equilíbrio, pois o presidente vai sair das urnas com mais da metade dos votos de cerca de 40 milhões de eleitores em 1989.

Sarney reúne políticos na terça-feira

A reunião do Conselho Político, prevista inicialmente pelo Palácio do Planalto para se realizar ontem, foi adiada, mais uma vez, depois de ter sido transferida para hoje. Terça-feira da próxima semana é a nova data marcada pela Presidência da República para a reunião.

Nela deverão ser avaliados os resultados das Comissões Temáticas da Constituinte, o novo cruzado e projetos de lei que o governo encaminhará ao Congresso Nacional como a nova legislação, punindo crimes praticados contra a economia popular.

Ao dar a informação, ontem, o senador Carlos Chiarelli, líder do PFL no Senado, disse que a reunião do Conselho Político foi adiada porque alguns líderes que compõem aquele colegiado estariam fora de Brasília, hoje, como o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, e o deputado José Lourenço, líder do PFL na Câmara. Além disso, destacou que alguns dos projetos de lei que seriam examinados não estão prontos para apreciação, mas não disse quais.

Roraima pede à Constituinte emancipação

O deputado Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) voltou a defender, no plenário da Assembleia Nacional Constituinte, a transformação do território de Roraima em estado.

O deputado fez questão de frisar que, em Roraima, ninguém quer a subdivisão de nenhum estado e nem a retirada de parte de qualquer outro território ou estado.

Mozarildo Cavalcanti pediu aos atuais constituintes que deem a Roraima a oportunidade de se emancipar, de ser independente, através de sua transformação em estado.

"Mesmo aqueles que não têm os problemas que vive a região amazônica, devem nos apoiar na emancipação política e administrativa, pois assim poderemos ter a emancipação econômica e financeira".